



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

SEGUNDA CÂMARA

PROCESSO N° 10283-0000811/92-91

mfc

**Sessão de 01 de dezembro de 1992 ACORDÃO N° 302-32.477**

Recurso n°: 115031

Recorrente: VIAGEM AÉREA SÃO PAULO S/A - VASP

Recorrid: IRF - Porto de Manaus - AM

Falta de mercadoria constatada em Conferência Final de Manifesto. O transportador é responsável pelos tributos apurados em relação as mercadorias que extraviaram durante o transporte. (Art. 478 - parágrafo 1º - II do R.A. Dec. 91.030/85).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos,

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 01 de dezembro de 1992.

SÉRGIO DE CASTRO NEVES - Presidente

JOSE SOTERO TELLES DE MENEZES - Relator

AFFONSO NEVES BAPTISTA NETO - Proc. da Faz. Nacional

VISTO EM  
SESSÃO DE: 29 JUL 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento os seguintes Conselheiros: Ubaldo Campello Neto, Luis Carlos Viana de Vasconcelos, Elizabeth Emílio Moraes Chieregatto, Wlademir Clovis Moreira, Ricardo Luz de Barros Barreto e Paulo Roberto Cuco Antunes.

MF -- TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE -- SEGUNDA CAMARA  
 RECURSO N. 115.031 -- ACORDMO N. 302-32.477  
 RECORRENTE : VIAÇÃO AEREA SMO PAULO S/A -- VASP  
 RECORRIDO : IRF -- Porto de Manaus --AM  
 RELATOR : JOSE SOTERO DE MENEZES

### RELATORIO

Em ato de Conferência Final de Manifesto do avião VASP PP-500, chegado a Manaus em 19/09/91, foi constatada a falta de um volume contendo 2.000 mostradores com ressaltos cravados (partes externas e mecanismo de relógio de pulso quartz). Pela falta foi responsabilizado o transportador e intimado a recolher o crédito tributário de Cr\$ 1.370.890,00 sendo Cr\$ 913.927,00 de Imposto de Importação e Cr\$ 456.963,00 de multa. As fls. 29 consta desistência de vistoria oficial firmada pelo importador para a totalidade dos volumes importados.

Impugnando o feito fiscal a autuada apresentou as seguintes razões, em síntese:

- 1) o conhecimento aéreo master manifestava 123 volumes, o consolidador e o consignatário, sem observação de irregularidade ou falta de mercadoria, quitaram o referido documento;
- 2) em virtude do grande número de volumes, deve ter ocorrido falha na contagem em Miami ou em Manaus, falha que só foi percebida e corrigida por ocasião da Conferência;
- 3) Como a empresa não transportou o volume alegado, não se pode atribuir-lhe responsabilidade, nem tampouco ocorreu prejuízo ao erário.

A autoridade de primeira instância examinou a impugnação e considerou a ação fiscal procedente mandando intimar a autuada a recolher o crédito tributário acima referido.

Não conformada com a decisão, a autuada apresentou recurso tempestivo a este Terceiro Conselho de Contribuintes, onde, em síntese alega:

- 1) os volumes efetivamente transportados e acobertados pelo Conhecimento Aéreo, foram regularmente desembarcados;
- 2) o volume que alega faltar não foi transportado pela empresa;
- 3) o consolidador e o consignatário quitaram a cópia do conhecimento, sem observação de qualquer irregularidade ou falta da mercadoria.

E o relatório.



Rec.: 115.031  
Ac.: 302-32.477

V O T O

Está demonstrada nos autos a ocorrência da falta.

A desistência da Vistoria Aduaneira pelo importador refere-se à mercadoria desembarcada e não beneficia o transportador.

O transportador recebeu uma dada quantidade e mercadoria constante de manifesto e entregou no destino com falta. Para efeitos fiscais é responsável o transportador quando houver falta de mercadoria em volume descarregado com indício de violação (Art. 478 - parágrafo 1º - inciso II do R.A.). O FCC de fls. 02/03 comprovam a violação.

Ao indicado como responsável cabe a prova de caso fortuito ou força maior que possa excluir sua responsabilidade (Art. 480 - Do R.A. Dec. 91.030/85).

O transportador não logrou provar a exclusão de sua responsabilidade.

Não provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 01 de dezembro de 1992.

JOSE SOTERO TELLES DE MENEZES - Relator